

Chega pede a Montenegro que “reconsidere nomeação” da ministra da Administração Interna

written by O Cidadão | 1 de Abril, 2024



O líder do Chega falava aos jornalistas antes de uma breve visita ao Mercado da Ribeira, em Lisboa, na véspera da tomada de posse do novo Governo, para defender que uma mudança do titular da Administração Interna seria *“muito, muito positivo para baixar a tensão com as forças de segurança que neste momento está muito elevada”*.

André Ventura afirmou que a ministra, enquanto inspetora-geral da Administração Interna, *“provocou mal-estar entre os polícias, com acusações de racismo”* e alegou existir *“um certo descontentamento das forças policiais sobre esta nomeação”*.

Instado a especificar estas críticas, o presidente do Chega disse que Margarida Blasco *“criticou severamente o comportamento de vários polícias, nomeadamente quando foi o*

caso do bairro da Jamaica” e “chegou a falar de polícias que tinham de ser erradicados”.

“Eu acho que num momento de tensão com as forças de segurança nós merecíamos uma ministra ou um ministro da Administração Interna mais próximo das preocupações das forças de segurança, dos guardas prisionais, das várias forças policiais” e que consiga “estabilizar o ambiente entre as polícias e o poder político”, defendeu.

André Ventura assinalou que o partido deu entrada na Assembleia da República, como já tinha anunciado que iria fazer, com um projeto de lei para que o suplemento atribuído à Polícia Judiciária seja alargado a outras forças e serviços de segurança.

De acordo com o projeto, consultado no ‘site’ do parlamento, o Chega quer atribuir este suplemento à PSP, GNR, guardas prisionais, “ao pessoal da carreira de guarda-florestal, em funções no Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR”, militares dos três ramos das Forças Armadas e Polícia Marítima.

O partido quer que este suplemento seja aplicável também “aos órgãos da administração tributária e da Segurança Social, quando em exercício de funções de autoridade de polícia criminal” e também “aos trabalhadores da carreira especial de inspeção da ASAE, quando em funções de órgão de polícia criminal ou de autoridade de polícia criminal”.

André Ventura apelou a PSD e CDS-PP para que aprovem esta proposta, que quer agendar para discussão “com urgência”.

Sobre a posse do novo Governo, na terça-feira, Ventura disse esperar “alguns recados” por parte do Presidente da República “para o primeiro-ministro e para a oposição”.

“O Presidente vai ter um papel importante num governo de ampla minoria, digamos assim, mas estou convencido que o que é mesmo

importante, para lá dos recados de Marcelo Rebelo de Sousa certamente vai dar, é a capacidade deste Governo resolver problemas das pessoas”, defendeu.

Na altura, o presidente do Chega foi questionado também sobre um eventual regresso do serviço militar obrigatório, defendido nos últimos dias pelos chefes militares da Marinha e do Exército.

André Ventura considerou que *“é uma questão que merece ser estudada”* quanto ao *“impacto nas próprias Forças Armadas”* e em *“articulação com a juventude”* para garantir um *“grande consenso nacional que é preciso ter nesta matéria”*.

“Para os jovens portugueses o ideal seria que não fosse obrigatório e termos capacidade de gerar voluntários entusiasmados que preenchessem as vagas das Forças Armadas com condições remuneratórias dignas”, defendeu.

Sobre a eleição do presidente da Assembleia da República, na semana passada, André Ventura afirmou que *“ninguém se sentiu satisfeito com o que aconteceu”*, considerando que a situação mostrou que *“PS e o PSD têm agora as condições para se entenderem”*.